

HISTÓRIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA PARLAMENTAR DO PIAUÍ (1994-2010)

Lívia Maria Silva Alves*

Manoel Ricardo Arraes Filho**

RESUMO: Este artigo propõe analisar a elite política parlamentar piauiense, tendo como foco deputados estaduais eleitos entre os anos de 1994 e 2010. Assim como, analisar as condições que permitam explicar a permanência da estrutura oligárquica no estado, detectando o grau de mobilidade e renovação numérica da elite política parlamentar piauiense. Utilizando dados fornecidos pelo TSE, TRE-PI e da Assembleia Legislativa Piauiense (Alepi) para este fim, foi possível a construção de tabelas que ao longo da pesquisa nos ajudará para reflexões acerca do assunto. A partir da análise do comportamento da elite política dentro da Alepi, conclui-se que a estreia de mandatos para a esta Casa Legislativa é ainda reduzida, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria do grupo dominante.

PALAVRAS-CHAVE: História Política; Elite Política Piauiense; Deputados Estaduais.

INTRODUÇÃO

O poder é algo dinâmico, ativo, vivo, e é através dele que nos manifestamos e/ou sofremos os limites da liberdade na relação indivíduos e sociedade, sua estrutura que se manifesta no campo político piauiense é a materialização de situações objetivas de posse e de riqueza. Nesse domínio, o poder político do estado tem se reproduzido e se consolidado graças a redes econômicas, sociais e de parentesco. O poder e a negociação institucionalizada são elementos que dão vida ao sistema político. Entretanto, a estrutura interna das organizações, sua reprodução e as relações de poder produzem poucas modificações na organização local. Há sempre alguma forma de negociação da ordem, mas em virtude do alto grau de equilíbrio alcançado pelas principais lideranças sobre a estrutura interna e sobre a rede diretórios no estado, o comando consegue reproduzir-se com relativa tranquilidade sobrepujando-se sobre as várias demandas e as pressões dos correligionários e dos partidos políticos (ARRAES, 2014).

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Aluna do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista CAPES.

** Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Isso nos remete a Foucault (1995), para quem o poder não é uma coisa espacial, é somente um elemento dentro das relações entre os indivíduos. A consciência dos cidadãos acerca desse aspecto é indispensável à prática do respeito e da liberdade dos outros. Essa consciência poderia modificar a estrutura de relações e a luta contra as injustiças que se cometem em nome do poder. É com a falta dela que faz com que um pequeno grupo de indivíduos eleitos que impunha sua vontade sobre os demais. Os indivíduos temem e aceitam o discurso manipulador e reconhecem-se desprovidos de poder, reconhecer-se sem poder significa não ter nenhuma influência, significa sofrer influências. Assim, uma parcela da sociedade continua governando e oprimindo, enquanto a outra não se posiciona. Ou seja, não conseguem visualizar a realidade das relações de poder e, conseqüentemente, ajudam a perpetuar as elites no poder legislativo. Para a discussão do caso piauiense, evidenciamos a natureza e a composição da elite política e para a interpretação do fenômeno da dominação política, utilizamos os conceitos de Oligarquia, Elite e Elite Política para identificar a natureza da elite política que ocupa cargos nos Legislativos Piauienses.

O estudo das Elites Políticas sempre teve papel de destaque dentro da literatura das Ciências Sociais. A ausência de consenso em torno deste conceito na literatura tem alimentado a controvérsia metodológica para definição do que seja elite. Antes das discussões iniciadas pelos estudos sociológicos, o uso do termo “elite” esteve restrito à linguagem militar, ou seja, o termo foi inicialmente utilizado com o sentido de pessoa ou objeto que tem qualidades excepcionais e também para pessoas que ocupavam “altas posições sociais” (FARIAS FILHO, 2011:175). Os estudos dos elitistas, Gaetano Mosca (1966) e Vilfredo Pareto (1966), inserem o conceito na discussão sobre relações de poder e dominação, com o intuito de explicar as transformações sociais e políticas nas sociedades. Robert Michels (1982) mostrou a constituição de elites e sua inevitabilidade (“lei de ferro da oligarquia” ou “gaiola de ferro oligárquica”), desenvolvendo uma crítica à organização partidária como ideal de democracia “pura”. Ao longo do tempo vários estudos foram realizados em torno do conceito, uns procuraram definir grupos considerados elites como Wright Mills (1975), outros tentam ampliar o conceito de elite como Suzanne Keller (1967). Contudo, todos os estudiosos concordam que nas sociedades haverá diferenciação social e de poder.

Estudos nessa área só recentemente começaram a despertar a atenção dos pesquisadores de história, sociologia e política, as reflexões e dados que serão apresentados ao longo deste artigo, ao tempo que introduzem a especificidade no rol dos trabalhos sobre

poder político realizado no país, entre eles podemos citar as contribuições de José Murilo de Carvalho (1981), Eul-Soo Pang (1979), Gláucio Soares (1973), Victor Leal Nunes (1997), Raymundo Faoro (1975), são contribuições para reflexões acerca da formação e composição das elites políticas e que nos fornecem importantes luzes sobre as oligarquias regionais no Brasil. No diz respeito aos estudos que contemplam a elite política local podemos elencar as contribuições do cientista político Ricardo Arraes (2000), da historiadora Tânia Brandão (1995), as obras do professor José Lopes dos Santos (1992), os estudos de Cláudio Bastos (1991), do cientista político Francisco Farias (1999), do professor Roberto John (1997), são estudos que contemplam o cenário sobre a constituição e composição da elite política piauiense.

A concepção de Elite que será utilizada no presente artigo repousa, mas não se esgota, na ideia clássica e mais geral que perpassa as obras dos pensadores elitistas de que em toda sociedade existirá uma minoria organizada que é detentora das várias formas de poder, seja ele econômico, político ou ideológico, à qual se deu o nome de elite em contraposição à maioria desorganizada. No seu interior encontra-se a Elite Política, que é aquela minoria que detém mandatos eletivos.

Com isso, este artigo irá abordar dois pontos que apresentará o comportamento da elite política parlamentar piauiense. O primeiro deles é sobre a carreira política, onde iremos apresentar um resumo (através de tabelas) da carreira ou experiência política das bancadas que foram eleitas para a Alepi entre os anos de 1994 e 2010, com o intuito de verificar a mobilidade política parlamentar. O segundo ponto diz respeito à renovação dentro na Alepi, ou seja, Renovação Numérica. Iremos fazer uma análise comparativa entre a renovação numérica e as taxas de permanência, esta última será medida através do número de deputados reeleitos. Com a análise comparativa entre as duas taxas nos levará a compreender o processo de circulação das elites na Casa Legislativa, nesse sentido, os valores percentuais das taxas de renovação e permanência serão representadas por tabelas e gráficos.

NOÇÕES SOBRE ELITE POLÍTICA E OLIGARQUIAS

Enquanto conceito teórico, o termo elite possui uma longa história de discussões, não sendo possível apontar um consenso em torno de um conceito mais preciso e acabado, em virtude das formas diferenciadas de como ela é abordada. Essa gama de diversidade de estudos e discussões do conceito de elite serviu para mostrar o interesse que o tema

desperta e, sobre o qual nem os clássicos Mosca e Pareto deixaram uma formulação concisa. Os autores clássicos elitistas buscavam, na verdade, explicar de que forma pequenos grupos de pessoas conseguiam se destacar nas sociedades, tendo como base a manifestação do poder. O uso do termo “elite” nas ciências sociais tem início quando Gaetano Mosca, onde o mesmo defende a tese de que em todas as sociedades irão existir duas classes - as que dirigem e as que são dirigidas, já Pareto apresentou duas formas diferentes de elite – a elite governante e a elite não governante (FARIAS FILHO, 2011:176).

Gaetano Mosca, no seu estudo clássico sobre as elites (1966), forneceu um conceito teórico-prático de classe política ou classe dirigente, sendo um dos primeiros a enfatizar que é impossível, a existência de qualquer ordem social sem uma classe política dominante. Defende que em todas as sociedades existem grupos governantes e grupos governados, ou seja, os grupos irão se diferenciar porque um estará mais organizado e, conseqüentemente, irá deter o poder de decisão, já o outro é formado pelos que sofrem as ações deste poder.

Não muito diferentemente do que propôs Mosca, Vilfredo Pareto (1966), outro autor clássico elitista também defende a tese de que em todas as sociedades irá existir uma classe superior que detém o poder político e o poder econômico, para o autor, o poder de dirigir é o que irá destacar os que governam dos demais. Podemos apontar como diferencial entre Pareto e Mosca, é que aquele prevê um fenômeno que foi não tratado por este, ou seja, o foi processo de renovação ou circulação das elites.

Robert Michels (1982) apresenta sua crítica a um tipo mais específico de organização social e política, qual seja, o partido político (especificamente o Partido social-democrata Alemão). Michels ver na organização partidária a impossibilidade de se constituir um tipo de democracia “pura”, em virtude da tendência ao surgimento de uma hierarquia funcional que projeta uma oligarquia. É desse entendimento que ele extraiu sua famosa “lei de ferro da oligarquia” e concluiu que a relação entre democracia e organização gera a impossibilidade de uma organização política realizar seu fim democrático. Michels acreditava que seu tipo de ideal de democracia era impossível, pois “(...) a democracia necessita da organização das massas, e toda organização contém em si os germes do conservantismo; logo, a democracia é impossível” (SARTI, Ingrid).

Thomas Bottomore (1965) argumenta que a classe política distingue-se um grupo menor, que especifica o conjunto dos representantes políticos eleitos, o grupo que efetivamente exerce o poder ou influência política na sociedade e estão diretamente

empenhados em disputas por liderança política, ou seja, é o grupo com poder e que está empenhado na busca de exercer liderança. Para este autor, a elite é composta por “muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si” (BOTTOMORE, 1965:15-16).

Quanto ao conceito de Oligarquia o artigo apropria-se das contribuições deixadas por Robert Michels (1982). Talvez a contribuição teórica de maior alcance do clássico trabalho de Michels – Sociologia dos Partidos Políticos – tenha sido a de ter-nos legado um conceito descritivo de oligarquia, aplicável não somente aos partidos, mas a diversas formas organizacionais nas quais relações de poder se estabelecem. O conceito micheliano de oligarquia permite identificar processos mediante os quais certos grupos apoderam-se do poder organizacional e tal aporte conceitual nos permite problematizar questões centrais da análise política contemporânea (COUTO, Gonçalves, 2012:47). Na formulação grega clássica de Platão (2000) e Aristóteles (1991), o conceito de oligarquia aparece no âmbito da discussão sobre formas de governo, sendo pelos dois autores definido como o governo dos ricos.

A concepção de Robert Michels foi influenciada pelos teóricos elitistas que lhe antecederam, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Michels toma como ponto de partida as descobertas dos dois teóricos elitistas que lhe precederam, para ir mais além deles ao elaborar uma teoria que se ocupa especificamente do processo pelo qual elites dirigentes se transformam em oligarquias. Michels confere importância, a um aspecto da relação desigual entre minorias e majorias que contribui para o surgimento de uma oligarquia: o controle exercido sobre o aparato organizacional. Para o autor, minorias, ou elites, que controlam organizações dos mais variados tipos, liderando os demais membros, tenderiam inelutavelmente a converterem-se em oligarquias, pois seus interesses distanciam-se cada vez mais daqueles do restante da coletividade (COUTO, Gonçalves, 2012:51-52).

Na literatura brasileira José Murilo de Carvalho (1981), no seu livro – A Construção da Ordem – estudando as origens e a formação das elites brasileiras no Brasil Colônia, discute estes traços e afirma que quanto mais homogêneas as elites, mais estável o processo de formação do Estado. Carvalho tende a seguir Mosca quando afirma que, genericamente, a educação, a participação na burocracia estatal e a utilização de uma linguagem e valores comuns proporcionam certa homogeneidade entre as elites, o que, por seu turno, também tornariam possível um acordo básico sob a forma de organização de poder (CARVALHO, 1990:39).

Visto isso, no caso piauiense, os poderes político, econômico e social estão reunidos no mesmo cenário. O poder político do Estado tem se reproduzido e se consolidado devido às relações econômicas, sociais e de parentesco, esses elementos dão suporte ao sistema político piauiense. Devemos considerar que ao longo desse processo houve o surgimento de novos partidos e novos autores, mas as elites econômicas conservaram o poder político. É com base nessas teorias que busco analisar e apresentar os indicadores que foram ditos anteriormente, que de certa forma explicam a permanência das elites políticas na Assembleia Legislativa do Piauí, um espaço onde estas oligarquias vem atuando e mantendo-se durante anos no cenário político local.

MOBILIDADE E RENOVAÇÃO PARLAMENTAR

Nessa parte do artigo iremos apresentar e discutir sobre as carreiras políticas dos deputados estaduais. Os dados que foram analisados referem-se às atividades públicas que foram exercidas nos vários níveis de representação política, seja ele no nível municipal, estadual ou federal. O objetivo principal é de analisar se há a existência de fatores que podem influenciar no ingresso e na construção de uma carreira política. Dessa forma, podemos compreender sobre o nível de renovação das lideranças e sobre a estreia de deputados a cada ano eleitoral e com isso apresentar o grau de mobilidade no interior da elite, ou seja, apresentar o grau de democracia interna do sistema político estadual.

Diante disso, é necessário entendermos que o conceito de renovação, nesta pesquisa, está envolto na estreia de mandatos. Ou seja, analisando a entrada dos novos deputados estaduais, tratando-se assim, de uma renovação numérica. Falar de renovação parlamentar, nos faz lembrar-se das reflexões de André dos Santos que, para este a renovação parlamentar não consiste em “apenas na substituição ou no revezamento entre os quadros políticos já experimentados, mas na franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político” (SANTOS, 1997: 90). No que diz respeito ao conceito de mobilidade política, significa o movimento – ascendente ou descendente – de parlamentares que passam de uma condição política menor para outra maior ou vice-versa, ou seja, essa mobilidade indica alguma mudança interna na composição da elite política no Legislativo (ARRAES, 2000: 110-111).

Diante disso, com a coleta dos dados percebeu-se um número considerável de deputados com extensas carreiras políticas na ocupação de cargos eletivos em diferentes níveis representativos. Com isso, a ocupação de cargos eletivos na esfera municipal

(vereador e prefeito) é lucrada pelos candidatos como atividades que facilitam seu ingresso no cenário político. Uma vez consagrados na política, vereadores e prefeitos procuram dar continuidade às suas carreiras políticas, configurando uma carreira política ascendente. É válido lembrar, os deputados que adentram ao mundo político por serem herdeiros de políticos consagrados, e dessa forma, “pulam” etapas iniciais da carreira política. Estes fatores ampliam ainda mais o grau de hegemonia e o caráter excludente e elitista no recrutamento da elite política legislativa piauiense. É importante destacar que experiência política engloba também, as atividades exercidas na atividade pública, seja no Parlamento (estadual, federal ou mesmo municipal) ou no Poder Executivo. A tabela abaixo apresenta a experiência política dos deputados eleitos nas cinco bancadas.

Tabela: Experiência política dos deputados estaduais piauiense: 1994-2010										
Experiência Política	1994		1998		2002		2006		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem experiência	6	20,00%	9	30,00%	3	10,00%	5	16,66%	6	20,00%
Ex-vereador	4	13,33%	3	10,00%	4	13,33%	1	3,33%	1	3,33%
Ex-prefeito	3	10,00%	1	3,33%			1	3,33%	3	10,00%
Ex-deputado estadual	17	56,67%	17	56,66%	23	76,60%	23	76,66%	20	66,66%
Ex-deputado federal										
Exerceram função em instituições públicas										
Total	30	100,00%	30	99,99%	30	99,93%	30	99,98%	30	99,99%

Fonte: Pesquisa de campo e dados do TRE-PI.

Todas as composições analisadas apresentam um número cada vez menor de deputados inexperientes, por outro lado, tem aumentado o número de estreantes que já trazem experiência política prévia, seja ela na esfera parlamentar ou na esfera pública municipal. De acordo com os dados acima, no pleito de 1994, dos 6 deputados sem experiência política anterior, 5 eram herdeiros políticos e 1 fazia parte da administração pública municipal³. Dos 5 herdeiros políticos, 4 já haviam ocupado cargos na burocracia dos partidos ou em alguma Secretaria ou em órgãos do governo⁴.

Desagregando este grupo encontram-se 3 ex-prefeitos e 4 ex-veredores, são eles: José Nery (PPR) prefeito de Picos-PI; Pompílio Cardoso (PTB) prefeito de São Miguel do Tapuio-PI, Chico Filho (PMDB) prefeito de Bertolínea-PI; Tadeu Maia (PPR) vereador em Itainópolis-PI; Bona Carboreto (PMDB) vereador em Campo Maior-PI⁵; Manin Rêgo

³ Os herdeiros políticos eram: Leal Júnior, filho do ex-deputado Sebastião Leal; Kennedy Barros, filho de Barros Araújo; Mathias Melo, neto de Olímpio de Melo e primo do ex-governador Guilherme Melo; Olavo Rebelo, pertencente à família Lages Rebelo da cidade de Esperantina-PI e Francisco Martins, herdeiro da família Sousa Martins. Pertencente à administração pública municipal: Wilson Martins, Presidente da Fundação Municipal de Saúde em 1993.

⁴ O deputado Leal Júnior já havia sido diretor da COHAB e Secretário de Comunicação do Governo; Mathias Melo fora diretor administrativo financeiro da Vice-Governadoria à época que seu primo Guilherme Melo ainda era vice-governador; Kennedy Barros, fora Secretário de Planejamento da cidade de Picos-PI; Olavo Rebelo dirigente sindical do setor dos bancários federais.

⁵ No pleito de 1994 o deputado Bona Carboreto foi vereador em 1977 e prefeito de Campo Maior-PI nas eleições posteriores, considere no quadro sendo vereador, pois foi seu primeiro cargo eletivo. No pleito de

(PMDB) vereador de Barras-PI e Wellington Dias (PT) vereador de Teresina-PI. De modo geral, o pleito de 1994 manteve 17 representantes (56,6%) e 13 estrearam no Parlamento estadual (43,3%), sendo que destes 13 estreantes todos eram herdeiros políticos e/ou ocupavam cargos na administração pública ou cargos eletivos, ou seja, 100% da bancada eleita em 1994 já possuíam alguma experiência e/ou vinham do ambiente político familiar.

Os dados acima mostram de forma clara e objetiva que existe uma tendência decrescente à entrada de deputados sem algum tipo de experiência política anterior. Isso quer dizer que a entrada de deputados que não se enquadram a essa situação fica cada vez mais difícil provocada pelas altas taxas de continuísmo político e pela “sucessão familiar”, na maioria dos pleitos atingindo em média mais de 50%.

CONTINUISMO E CIRCULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA

A permanência de quadros partidários no Legislativo Estadual também tem claras implicações no processo de circulação das elites, isso se justifica por conta de que a renovação de lideranças políticas no Piauí ocorre em níveis muito baixos, tanto em relação à faixa etária quanto em relação de quantidade.

Vale ressaltar que nesse grupo minoritário que inicia a vida política já com uma cadeira na Assembleia, o ingresso foi bastante seletivo, feito (basicamente) entre os meios familiares. Para Arraes (2000), o quadro estadual vem sofrendo pouca transformação, e acirrando um processo de confinamento do cenário político uma vez que o poder hegemônico das oligarquias no Estado resiste ao tempo e às mudanças socioeconômicas e demográficas, e, sobretudo porque a elite política vem renovando seus quadros no interior das redes familiares mais tradicionais.

Na pesquisa realizada por Leôncio Rodrigues (2006) sobre a mudança na classe política brasileira evidenciou que as diferenças nas fontes de recrutamento indicam que os meios de origem influenciam as opções individuais quanto aos partidos escolhidos como porta de entrada na vida pública e para a continuidade na política, ou seja, as pessoas de famílias ricas, dificilmente procuram, para sua iniciação na política, partidos considerados de esquerda. A adesão a um desses partidos iria prejudicá-las nas relações com seus

1998 o deputado José Ribamar foi vereador de Barras-PI em 1973 e prefeito de Barras-PI em 1983, considerei como vereador, pois foi seu primeiro cargo eletivo. Em 2002 Moraes Sousa Filho foi eleito vereador de Parnaíba-PI em 1993 e prefeito em 1997, portanto considerei o título de vereador, pois antecede o outro cargo eletivo. Em 2010 Firmino Filho foi vereador em 2009 e prefeito de Teresina-PI em 1997, considerei o cargo de prefeito. Já a deputada Belê foi vice-prefeita de Picos-PI, considerada neste trabalho como ex-prefeita tendo em vista que assumiu o comando daquele município em algumas oportunidades.

círculos sociais e dificultar sua ascensão na vida pública. Acontece inversamente, para aqueles que vêm das classes assalariadas não procuram partidos considerados de direita, em que, predominam políticos e candidatos de classes ricas. É possível que a escolha seja mais de natureza social do que ideológica, ou seja, os candidatos buscam os ambientes socioculturais com os quais têm algum tipo de identificação. Segundo Rodrigues (2006: 116),

Obstáculos variados existem para bloquear a inclusão de arrivistas nas listas eleitorais de grandes partidos, especialmente dos que não são do meio social específico, quer dizer, não fazem parte do meio profissional, do círculo de amizade, parentela, recreação ou atividade num sindicato, numa igreja, diretório estudantil, numa associação patronal [...] que legitime a pretensão de aderir por uma dada sigla partidária. Funcionam, aqui, além das barreiras ideológicas, mais explícitas, outros obstáculos menos visíveis de caráter econômico, de educação, de idade, de natureza étnica, de status etc.

Ainda seguindo as constatações de Rodrigues, para ele, as opções do início da carreira política não são influenciadas apenas pela escolha livre de partidos com os quais os potenciais políticos se identificam social e politicamente, mas também pelas siglas que estão disponíveis e parecem propiciar maiores chances de realização do projeto político. Para Rodrigues (2006), as facções que dominam as máquinas partidárias controlam igualmente a seleção dos candidatos aos postos eletivos, ou seja, eles poderão ter seus nomes aprovados nas convenções e integrar as listas para as disputas eleitorais. Com isso, as origens sociais, constituem com primeira forma de filtro seletivo, seguem; as relações sociais, padrinhos políticos etc. Para Rodrigues (2006: 119),

A composição das bancadas entre uma eleição e outra detecta alterações na composição das bancadas que derivam da flutuação partidária, quer dizer, dos avanços e recuos na disputa por cadeiras de partidos que têm perfis sociais diferentes. O fenômeno da “popularização” e da redução do espaço das classes altas decorre de cadeiras dos partidos de centro e de direita e avanço dos partidos de esquerda, PT basicamente.

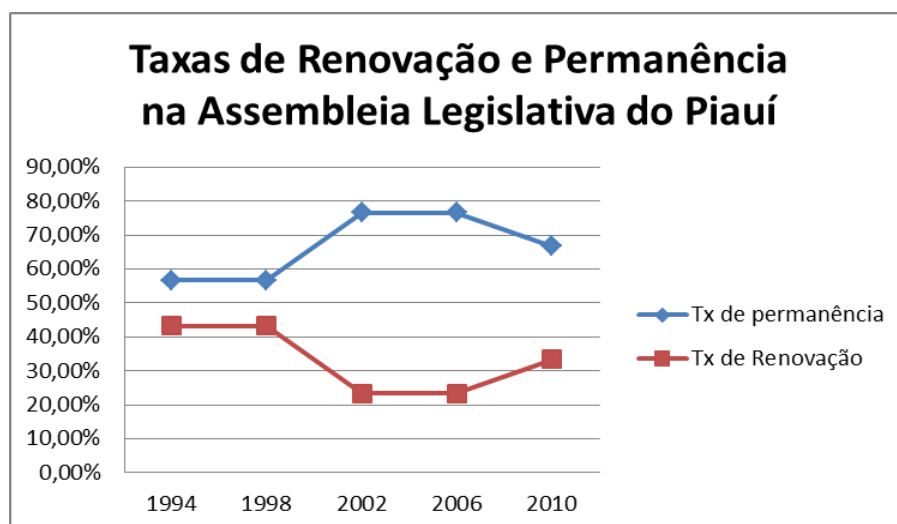
Fica claro que se isso existe, é porque os partidos não são iguais do ponto de vista de suas fontes de recrutamento, ou seja, os partidos de direita tendem a recrutar mais nas classes de renda elevada, e os partidos de esquerda, nas classes de baixa renda e nas classes populares. Se os partidos tivessem os mesmos perfis socioocupacionais, eles não ascenderiam ou declinariam, no que diz respeito a obtenção de cadeiras. Rodrigues (2006) destaca que, a reeleição dos deputados seria um fator de continuidade do perfil social, desde que a migração partidária não fosse tão excessiva a ponto de alterar a composição

das legendas de saída e entrada. A reflexão sobre a entrada e permanência de quadros na política local fica mais clara após a observação dos dados abaixo.

Tabela: Taxas de renovação e permanência na Assembleia Legislativa Piauiense						
	1994	1998	2002	2006	2010	Média
Tx de permanência	56,70%	56,70%	76,70%	76,70%	66,70%	66,70%
Tx de Renovação	43,30%	43,30%	23,30%	23,30%	33,30%	33,30%

Fonte: Dados TRE-PI e Alepi.

De acordo com o quadro acima, observamos que nos cinco pleitos estudados era bastante reduzida a estreia de mandatos na Assembleia Legislativa, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria do grupo dominante anterior. A média de manutenção na Assembleia Legislativa no período estudado (1994-2010) foi de 66,7% enquanto a média de renovação foi de 33,3%.



Fonte: Dados do TRE-PI e Alepi.

Vale dizer que os pleitos de 1994 e 1998 na Assembleia Legislativa, registraram as maiores taxas de renovação no período estudado, sendo de 43,3%. Podemos dizer que a renovação das bancadas tende a ser mais acentuada nos ainda pequenos partidos (PTB, PT, PSDB, PSB e o PDT; referindo-se aos dois pleitos citados nesse parágrafo)⁶. Com isso, a alta taxa de permanência dos quadros parlamentares imprime um caráter concentrador e oligárquico no plano das lideranças e uma relativa estabilidade no subsistema político-partidário.

⁶ No pleito de 1994 o PL é a exceção entre os pequenos ao reeleger seu único representante para o quarto mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na presente pesquisa nos faz pensar que na montagem dos quadros políticos piauienses, os seus interesses políticos e sua constituição estão ligados. Segundo Arraes, “a articulação entre representação política e participação popular se constitui em sério obstáculo para a efetivação de projeto democrático, caracterizada por uma democracia participativa” (ARRAES, 2014:50). Podemos dizer que estamos diante de um grupo político economicamente, socialmente e politicamente muito parecido e que estão interligados, que, em geral, defendem os mesmos interesses políticos, sendo ou não dos mesmos partidos.

Os dados apresentados acima nos permite dizer que há uma permanência significativa de quadros partidários na Assembleia Legislativa do Piauí, e isso acaba tendo fortes implicações no processo de circulação das elites no cenário político local. Diante da análise e demonstração dos resultados, deixa claro que a renovação de lideranças políticas dentro da Alepi ocorre em níveis muito baixos, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria do grupo dominante. O resultado das elevadas taxas de permanência dos quadros parlamentares nos revela um caráter concentrador e oligárquico e uma relativa estabilidade dentro do Parlamento Estadual.

Podemos concluir que a formação da elite parlamentar piauiense se dá a partir das alianças familiares, da formação intelectual e da atividade profissional, estes elementos são utilizados não só para lograr postos dentro do cenário político, mas, também, para manter e ampliar o capital político e econômico dentro do Estado. Ainda que o mecanismo de escolha dos parlamentares por meio de eleições seja igualitário, no final das contas, os indivíduos que detém destes elementos, têm chances bem maiores de atingir seu objetivo. Para Arraes, o cenário político piauiense transforma-se numa categoria social da oligarquia, no interior de um regime republicano e que se diz democrático, aberto e representativo e que o fenômeno de circulação de elites no estado é um processo autofágico (ARRAES, 2014, p. 50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAES, Ricardo. O *babyboom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. *Revista Eleições e Cidadania*, Teresina: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, n. 5, p. 19-54, jun, 2013-2014.
- ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1995*. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.
- BASTOS, Cláudio. *Família e Poder*. Belo Horizonte, ADM – Imprimaset, 1991.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília, Editora UnB, 1981.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: O aporte de Michels à análise Política Contemporânea. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012, p. 47-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44a04.pdf>>. Acesso em: 29/10/2016.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites Políticas Regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011, p. 176-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/14.pdf>>. Acesso em: 29/10/16.
- FARIAS, Francisco P. *Do coronelismo ao clientelismo: a transição capitalista numa região do Piauí – 1982-1986*. 1999. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 1999.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 ed. São Paulo, Globo-USP, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.
- KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro, Forense, 1967, p. 14.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1997.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: EdUnB, 1982.
- MOSCA, G. “*A classe dirigente*”. In: *Sociologia Política*, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PARETO, V. *As elites e o uso da força na sociedade*. In Souza, A. (org). Sociologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, André dos. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, ano 12, 1997.

SANTOS, José Lopes dos. *Política e políticos*. Teresina, Gráfica Mendes, 1992.

SARTI, Ingrid. *A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva*.

Disponível em: <
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm>. Acesso em: 29/10/2016.

SILVA, Roberto J. *Elites Políticas: o caso piauiense*. In: Serviço Social e Contemporaneidade. Revista de Serviço Social, Teresina, EdUFPI, v. 1, n. 1, 1997.

SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

WRIGHT MILLS, C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.